

Lutas da MAIORIA

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO/84

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA — Nº 9

Lula condena o “conchavão” e diretas surgem novamente

Em entrevista exclusiva para **Lutas da Maioria**, Luís Ignácio da Silva, o Lula, presidente do PT, voltou a condenar o conchavo de elites que tanto o PDS como os setores moderados do PMDB estão a alinhar, e advertiu: sem as diretas ninguém governa esse país.

Jaison Barreto, em resposta a uma carta questionando a participação do PMDB no Colégio Eleitoral, prova por **a** mais **b** que as diretas são uma possibilidade real e inquestionável, e que os setores que estão lutando pelas indiretas são exatamente os que não teriam chance alguma numa disputa direta, uma vez que não pretendem firmar nenhum compromisso com as causas do povo.

Veja nas páginas 4, 5, 12 e citações em outras matérias.

PDS: Partido em extinção

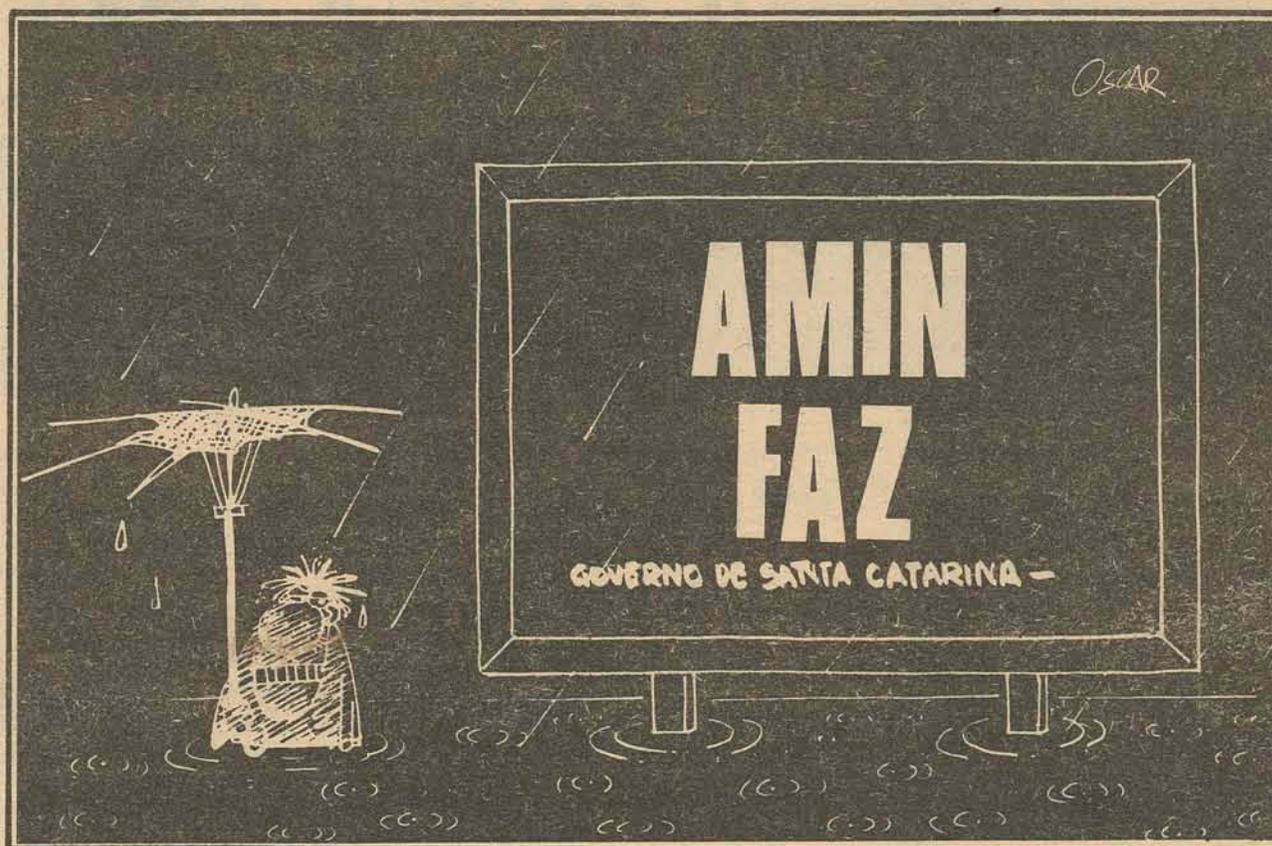
Não se assustem, leitores, se dentro de alguns dias a ONU (Organização das Nações Unidas) declarar o PDS como “espécie em extinção” e colocá-lo sob a proteção dos órgãos ecológicos.

A sua preservação não conta com o apoio do **Lutas da Maioria**, que defende sua extinção. Veja os motivos do fim e do desastre do partido na página 7.

ENCHENTES

A indignação do **Lutas da Maioria** para com a irresponsabilidade das autoridades diante do problema das enchentes no Estado, é tão violenta que não cabe em meros adjetivos ou impropérios. Nossa denúncia está na imagem da página central.

Nada é mais danoso ao homem e à família que perder sua casa e seu trabalho. Isto está acontecendo em Santa Catarina, e o governo nada faz de efetivo para conter a calamidade.



Carvão catarinense está mal aproveitado

A prefeitura de Criciúma tem queixas, os trabalhadores têm queixas, os empresários têm queixas, o Estado deixa de arrecadar, empregos deixam de ser gerados e o Brasil gasta dinheiro à toa. Este é o quadro do carvão de Santa Catarina, que poderia render mais empregos e muito mais dinheiro do que vem rendendo. Descubra porque na última página desta edição.

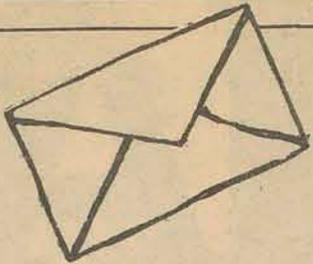
Convenção muda face do PMDB, que perde em personalidade

A última convenção nacional do PMDB, que homologou a candidatura Tancredo-Sarney, mudou a face do partido, e deixou na cabeça de todos a dúvida: foi nesse PMDB em que votei? A presença de legítimos representantes do arbítrio gerado a partir de 64 na chamada “Aliança Democrática”, que norteia os rumos da cúpula peemedebista retiraram do partido a marca de lutas populares que o tornou vitorioso em sucessivas eleições. Veja na página 3.

“A mulher é dona do seu corpo”

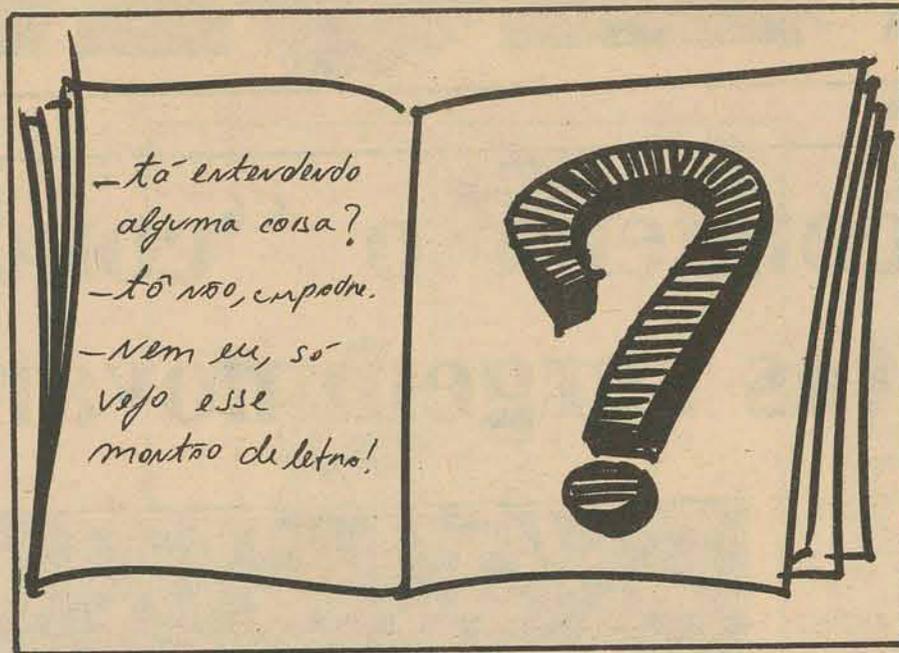
Maria Shirley Donato, líder do movimento feminino de Santa Catarina, está nesta edição mostrando as vantagens da organização das mulheres, quer na estrutura partidária, quer nos diversos setores da sociedade, como sindicatos e associações diversas.

“Somente com a organização as mulheres conseguirão sair da postura humilhante em que se encontram”, defende. E no final dá uma receita: **Diretas ou nada!** Veja entrevista na página 14, e mais mulher na página 6.



V
E
J
A
C
A
R
T
A
S
D
A
M
A
I
O
R
I
A

na página 12



Proposta para discussão UM JORNAL PARA O ANACLETO

(*) Alan Serrano

Encontro-me na rua com o Anacleto. Homem feroso, dado a "paixões políticas". O Anacleto não é gente do tipo acomodado. Ele diz que tem senso de "cidadão". Sabe que a sua prosa, de armazém em armazém, de casa em casa, rendeu uma boa quantidade de votos para o PMDB nas últimas eleições. Gostaria de aprender mais. Mesmo assim, é um brasileiro informado: enquanto trabalha, ouve parte do programa "A Vida da Cidade" quase todas as tardes pelo rádio do caminhão. Diariamente, após a janta, enquanto espalita os dentes, olha atravessado para o Cid Moreira. Naquela hora desfilam seus ídolos e seus carrascos pela televisão. Vê José Sarney, "aquele cara que era contra as diretas e agora quer mudar a casaca". Nota a falta de Jaison Barreto no noticiário. Mas continua acreditando no seu senador: "— Eu acho que a TV é meio "dos home". Por que não dão chance pro nosso caboclo, enquanto que o tal do Marchezan aparece sempre, como se tivesse alguma liderança por aí"!

Todo o mundo diz que o Anacleto é meio político. Ele já foi suplente do Diretório Municipal duas vezes, com muito orgulho. E quando o Prefeito andou empregando gente que ele não conhecia, não esperou. Indignado, foi ao gabinete e disse para as autoridades: "— O que é que vocês estão pensando? Não valorizam os companheiros? Tem companheiro passando miséria por aí. Tem gente que perdeu o emprego porque distribuiu santinhos de vocês dentro da empresa"!

Pergunto ao Anacleto: "— Aonde vai, companheiro"? Ele pára. "— Sabe, Doutor, eu preciso mesmo falar com o senhor. Mas não tenho cinco minutos. Estou na lida. O que é que está acontecendo com a nossa política? É como deu na televisão ontem? É esse Bornhausen? Acho que ele não é de muita confiança. Mas será que ele vai nos ajudar agora? Sabe, Doutor, eu conheço a luta do povo, sou opositorista da "marca velha". Nunca desanimei, mas tem hora

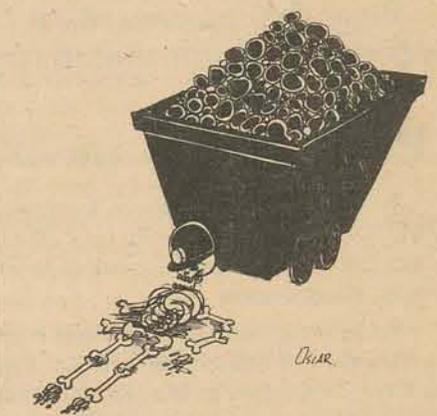
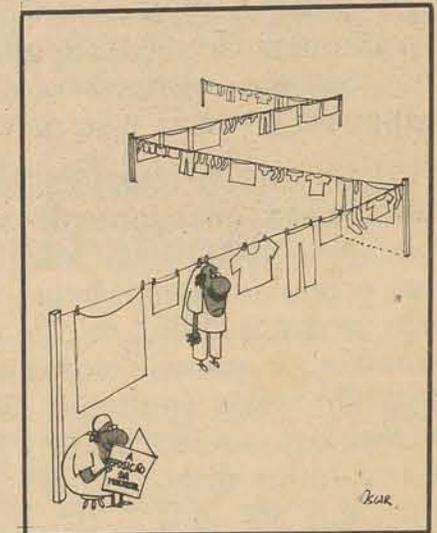
que a gente não sabe o que pensar. Me entusiasmei com a campanha das diretas. Achei que o movimento aqui ainda foi fraco. Mas se "os home" lá de cima não derem a direta, vamos tocar de Tancredo mesmo, Doutor? Dizem que "quem não tem cão caça com gato". Mas será que isso é bom prá nós? Sabe, eu sou um homem que aprendeu a vida no meio do povo, na luta. Eu aprendi a política assim, batalhando. Queira Deus que os nossos políticos não façam bobagem lá encima. Mas já "tou" atrasado, outra hora a gente conversa".

E o Anacleto se foi. Cruzou por uma banca de revistas sem olhar as manchetes penduradas. Fiquei pensando. Quais são as leituras dele? Qual seria o papel da imprensa num Partido de massas? Qual é o tipo de publicação capaz de atingir, amplamente, o povo catarinense? E o "LUTAS DA MAIORIA"? Qual deveria ser o seu objetivo? Um fórum de debates sobre as teorias políticas e econômicas? Um jornal de denúncias? Um arauto da moralidade nas coisas públicas? Um ponto de intercâmbio entre jornalistas e intelectuais independentes? Ou aquele jornal grátis, acessível ao homem do povo, trazendo as notícias e os debates que os meios de comunicação comum não lhe apresentam? Uma alternativa a mais para os que estão cansados de outros jornais, ou a alternativa para aqueles que não têm acesso a jornal nenhum?

E qual seria a linguagem adequada para um jornal da maioria? É daquela maioria que ganha dois ou três salários mínimos e lutou, com ou sem sucesso, para estudar no segundo grau?

É possível existir um jornal ao mesmo tempo expressivo e educativo, longe das adiposidades cerebrais, do ranço e dos chavões das esquerdas infantis ou esclerosadas, do formalismo dos parlamentares perto do mundo colorido, carnavalesco, tenso e trabalhoso do homem do povo?

(*) Alan Serrano, membro do PMDB de Chapecó, 1º suplente de Deputado Estadual.



expediente

Esta é mais uma edição especial do **Lutas da Maioria**, preparada através dos colaboradores habituais e aberta às contribuições espontâneas que pintaram. A coordenação editorial e gráfica esteve a cargo do Gabinete do Senador Jaison Barreto, em Brasília.

A central de correspondências do **Lutas** é a Caixa Postal 1295, em Florianópolis, CEP 88000. Escreva, este é um jornal ao seu inteiro dispor.



Da esquerda para a direita Hélio Beltrão, Marco Maciel, José Sarney e Olavo Setúbal. Foi nesse PMDB que você votou?



Por que Márcio Braga não jogou esta cadeira em Sarney?



Espetáculo de farsantes na convenção do PMDB

Em nossas fotos acompanhe o triste espetáculo que colocou o PMDB nas mãos e nas mentes dos comparsas do regime de 64. Neste triste espetáculo Ulysses Guimarães, que sempre defendeu e ainda defende a tese das eleições di-

retas, foi abrigado a chamar de “companheiros” homens como Olavo Setúbal, José Sarney e toda uma gang de oportunistas que, a convite de Tancredo Neves, sonha hoje em perpetuar-se no poder através das eleições indiretas.

Em ambiente de euforia artificial o Governador Tancredo Neves foi ungido candidato único do PMDB, através das eleições indiretas. Para fabricar essa encenação os grupos financeiros e os grandes empresários, em grande parte ligados a interesses multinacionais orquestraram e fizeram reverberar por toda a grande imprensa a sinistrose de um falso impasse: se a Oposição não partisse rapidamente para o sacrifício de sujar as mãos nas águas impuras do Colégio Eleitoral, Paulo Maluf poderia ser o próximo Presidente da República.

A conjuração desse perigo extremo — porém imaginário — impunha ao PMDB a fabricação de qualquer aliança e a manipulação de quaisquer meios para dar a aparência de popularidade e triunfalismo ao candidato Tancredo Neves.

Assim foi, e num cenário fabricado para parecer popular, embora no fundo fosse impopular, as candidaturas foram lançadas. Baterias organizadas saudavam os ungidos e, pasmem, chegaram até mesmo a saudar o Senador José Sarney, ex-presidente do PDS e cúmplice do arbítrio, com este refrão: “Rei, rei rei, Sarney é nosso rei!”

No palco principal desfilavam o constringido Ulysses Guimarães, que sempre voltava a discursar sobre as chances das diretas, e o desinibido Tancredo Neves, que sempre discursava sobre as chances das indiretas. Para escudar Ulysses muito pouco se viu. Dirceu Carneiro chegou a discursar pelo Só-Diretas e foi bastante aplaudido.

QUADRILHA COMPLETA

No entanto, para escudar Tancredo lá estavam Olavo Setúbal, banqueiro de recheada fortuna, Marco Maciel, legítimo representante do arcaico PDS nordestino, Thales Ramalho, traidor histórico do PMDB e toda uma coleção de comparsas do regime de 64.

Este foi o cenário de mais um triste espetáculo promovido pelas forças oligárquicas e atávicas da política brasileira.

Logo a seguir o PMDB e o PDS, que promoveu festa semelhante na mesma data, homologando Maluf e Márcio para disputar a sucessão de Figueiredo, deram entrada na mesa do Senado com os pedidos de registro das candidaturas.

Jaison Barreto, indicado para dar parecer sobre a candidatura Tancredo-Sarney, recusou-se a tal serviço, dizendo que “não sujaria as mãos para compactuar com os farsantes”. Quem acabou segurando a batata foi o Senador Henrique Santillo, do PMDB de Goiás, ex-adepto do grupo Só-Diretas, que defende a tese das eleições diretas já.

O ENCONTRO JAISON/AMIN

A ESPECULAÇÃO DA MAIORIA

A imprensa catarinense teve, nos últimos dias, um prato especial: o encontro do Senador Jaison Barreto com o Governador Esperidião Amin. Visto com simpatia pela população, esse encontro têm os mistérios da perplexidade, e confundiu mais do que esclareceu o atual estado da correlação das forças políticas em Santa Catarina e no Brasil.

Em primeiro lugar é preciso não esquecer que o encontro Jaison/Amin se fez entre pessoas que têm mais incompatibilidades que semelhanças. Jaison foi ao Palácio Cruz e Souza sem se despir de sua condição de candidato derrotado pela fraude eleitoral de 82, da qual Esperidião Amin foi o principal beneficiário. O Governador o recebeu ciente de que esta incompatibilidade é real. Sabe, também, que recebeu um adversário lúcido, que continua fazendo oposição a seu governo. Eis porque só um motivo acima e além dos interesses pessoais ou partidários poderia materializar um encontro dessa natureza.

Em segundo lugar, o encontro Jaison/Amin foi precedido de um grande conchavo nacional entre o PMDB e o PDS, que além de atraiçoar mais de 20 anos de luta contra o arbítrio, patrocina a defesa do Colégio Eleitoral. Esse acordo de cúpulas, que rejeita aliados como o PDT e o PT, renega, a frente de oposições que encheu as ruas com a proclamação do DIRETAS-JÁ. É um acordo contra a democracia interna, contra a essência do programa partidário e que reúne, numa frente espúria, os setores mais atrasados do PMDB e do antigo PP.

Já o encontro Jaison/Amin é qualitativamente diferente do encontro de Pedro Ivo com Jorge Bornhausen, pois enquanto este foi encontro da oligarquia com o oportunismo, o encontro Jaison/Amin se dá na coordenada do anseio popular por eleições diretas, entre pessoas que, somando os votos das últimas eleições, detém 99% da opinião pública do Estado.

Por outro lado, Jaison e Amin têm, no momento, uma outra semelhança: ambos são discriminados pelos seus partidos.

Enquanto Jaison é segregado pela firmeza no grupo SÓ-DIRETAS, Amin está ilhado do PDS, por não ter fechado com Andreazza nem estar fechando com Maluf, mas se posicionando, pelo menos ao nível do discurso, a favor das DIRETAS-JÁ. Consta até que ele está sensibilizando outros governadores do PDS a pedirem a Figueiredo que assine logo a “Lei Áurea” da democracia, enviando ao Congresso a Mensagem das Diretas. Consta, ainda, que estaria disposto a subir no palanque de ex-adversários para defender essa prioridade.

Este é o aspecto teórico.

Na prática a discriminação que o PMDB faz a Jaison e a que o Governo faz a Amin redundam numa tragédia para o povo catarinense: enquanto os políticos do PMDB deixam de fazer oposição (porque se compõem com o PDS), Amin se debate com o congelamento, pelo governo federal, das verbas indispensáveis à resolução definitiva do problema das enchentes.

Na última semana, depois de percorrer parte do Vale do Itajaí, em companhia do Deputado Renato Viana, Jaison resolveu procurar o governador, para discutir a grave situação do povo radicado na área das enchentes. Para Jaison, caso não haja pronta injeção de recursos federais para obras de infra-estrutura, o Vale do Itajaí desaparecerá como lugar adequado à vida humana, porque as enchentes não estão apenas matando a população ou destruindo seus pequenos patrimônios, mas também sucateando a base industrial, que ameaça transferir-se do Estado.

Finalmente, o eleitor opocisionista autêntico, que votou em Jaison que se tranquilize em relação a seu Senador porque o encontro Jaison/Amin tem esse indicador final: **NÃO FOI JAISON QUE ABJUROU DE SUA POSTURA INCONFUNDIVEL PELAS DIRETAS, MAS FOI AMIN QUE ABANDONOU A LINHA REACIONÁRIA DOS GRUPOS POLITICOS QUE O FABRICARAM.**

OAB não vai às ruas defender indiretas

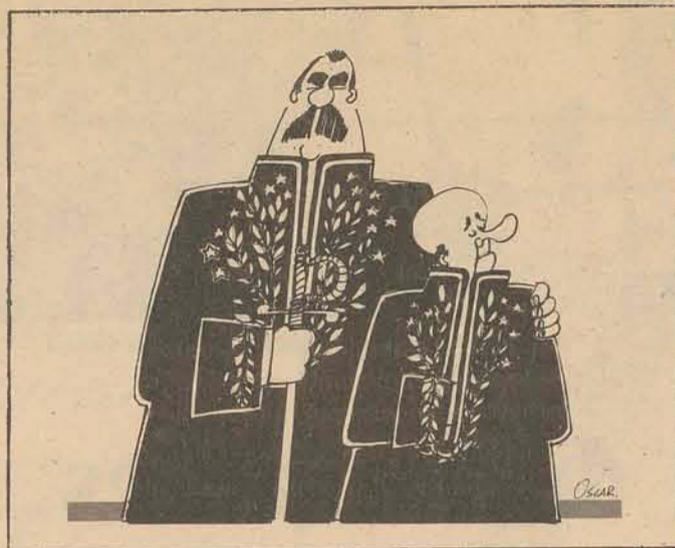
“Repudiamos o ilegítimo Colégio Eleitoral, formado de casuísmos que protegem os que se mantêm no poder há longos 20 anos. Poderá ele adquirir legitimidade se as forças contrárias (Oposição) conseguirem a maioria, ainda que para vencer candidatos que a Nação repudia?”

A questão foi colocada pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Mário Sérgio Duarte Garcia, num documento intitulado “Coerência e Ação”, e remetido ao **Lutas da Maioria**. No documento Mário Sérgio ressalta que a posição da Ordem identifica-se ainda com o clamor popular pela justa reivindicação do direito do exercício do voto direto para a escolha do próximo Presidente da República. “Já, sem mais delongas”.

Mário Sérgio apresentou um relato da trajetória da participação da OAB nos comitês suprapartidários pelas eleições diretas, e frisou que, no momento, a posição da Ordem é a de afastar-se dos conchavos políticos em andamento, tanto por razões institucionais (a Ordem não pode ter compromissos partidários), como por razões de natureza política, pela não identificação com as estratégias e alianças em curso.

Nos últimos parágrafos de sua correspondência o presidente da OAB, além de questionar a figura do Colégio Eleitoral e sua utilização pelas forças “democráticas”, explica que o engajamento da OAB na campanha das diretas foi possível por ser uma “postulação ideal, absolutamente despida de pretensões individuais, a OAB podia e devia participar dos movimentos que a agasalhavam”.

“A tradição do posicionamento histórico da nossa entidade, impõe-nos, pois, que voltemos ao nosso trilha de atuação, intemorata sempre e coerente com as nossas legítimas reivindicações. Sempre dirigidas em benefício de nossa Nação para o aprimoramento das instituições jurídicas de um país carente de soluções que se compareçam com as reais necessidades do seu povo”, clarificou o presidente da OAB, e acrescentou que a instituição deixou de participar dos últimos comícios promovidos exatamente por ter detectado “manobras políticas das forças que se opõem ao necessário entendimento da postulação nacional por eleições diretas já”.



Maçons condenam governo autoritário e jogo de interesses na sucessão

As 23 lojas maçônicas do País que compõem a Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil estiveram reunidas em Brasília no final de julho e lançaram à Nação um manifesto de repúdio ao descrédito e à má gestão do governo, e que têm levado o país ao caos econômico, político e social, “distanciando-se do povo, permitindo o desmando da coisa pública, gerando a impunidade dos seus autores, em todos os níveis, em detrimento dos verdadeiros interesses nacionais”.

O manifesto dos Maçons coloca-se como um alerta para a crise político-institucional, principalmente quando se observa que “imperam sobre o coletivo a conquista de objetivos espúrios, pessoais e de grupos que impatrioticamente subordinam a soberania nacional às imposições de países ricos, interessados em manter o Brasil subdesenvolvido a fim de atender à sua ganância”, e, no manifesto, defendem os Maçons que “é preciso dar cobro a situação atual, sob pena de conduzir o País à convulsão social, de seqüências imprevisíveis”.

Com ampla repercussão na imprensa nacional, os Maçons colocaram no manifesto que “não são mais admissíveis a incompetência, a omissão e a fal-

ta de exação no cumprimento do dever, no exercício de cargos e atividades administrativas, políticas e negociais”. Os erros da política oficial estão recaindo sobre os trabalhadores e as donas-de-casa, acusam os Maçons, e condenam a classe política pelo encaminhamento do processo sucessório, onde, segundo eles, disputa-se “injustificadamente e com avidez manter ou conquistar o poder nacional, como instrumento exclusivo às ambições pessoais”.

Os Maçons consideram que “é urgente que a consciência da Nação desperte”. Essa seria uma forma para que “com coragem e desprendimento sejam tomadas posições patrióticas”. Para eles essa é a forma para impedir a continuidade de tal estado de coisas, competindo, aos meios de comunicação, papel relevante nessa reorientação, sadia e imparcial da sociedade.

O manifesto conclui afirmando que “os Maçons que integram as grandes lojas do Brasil confiam que, com esse despertar, o País retorne à normalidade institucional democrática com a retomada do desenvolvimento econômico, político e social, como caminho indispensável à conquista do bem-comum e da grandeza da Pátria”.

UNE rechaça engodo e conciliação

“Intensificar as mobilizações por eleições diretas já, com liberdade, boicote ao Colégio Eleitoral e fim do regime militar, rechaçando de maneira intransigente o engodo da política de conciliação”. Esta foi a principal conclusão do **V. Conselho Nacional de Entidades de Base, CONEB**, realizado entre dois e cinco deste mês, em Vitória da Conquista, pela **UNE**, União Nacional dos Estudantes.

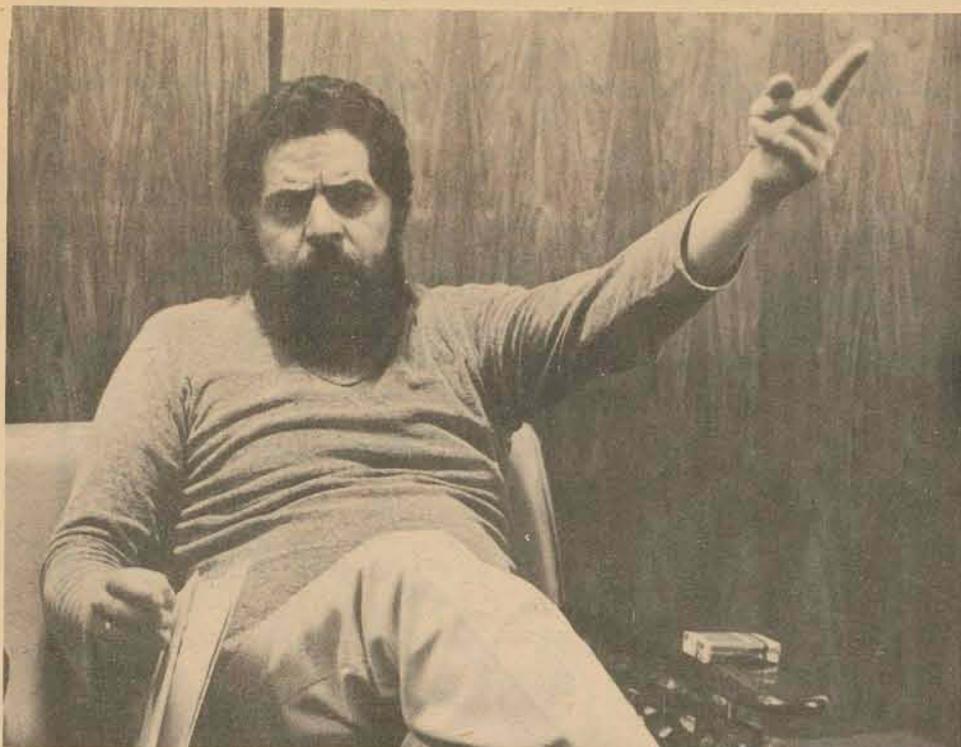
A proposta, aprovada pela maioria dos delegados presentes ao **V CONEB**, denuncia que os integrantes da Frente Liberal, entre eles Aureliano Chaves, Armando Falcão, José Sarney e outros, são apenas comandantes de setores conscientes do poder autoritário que, anteendo o desmantelamento do regime, saltaram para os braços da oposição, garantindo sua sobrevivência política e comprometendo todo o programa oposicionista, desmantelando-o e garantindo que um futuro governo via Tancredo Neves vai apenas preservar a exploração e a opressão político-econômica.

O documento da **UNE** afirma que apesar das tentativas de Tancredo, Montoro e Cia, no sentido de desaquecer as mobilizações pelas diretas, a derrota da emenda Dante de Oliveira, a retirada de pauta da emenda Theodoro Mendes, a retirada da emenda do governo que poderia ser alterada restabelecendo as diretas e a capitulação de setores da oposição, que há muito já anunciavam e agora enveredam de vez pelo caminho da conciliação, não conseguiram arrefecer o ânimo e a esperança da população, que continua “fechada com a questão das diretas já”.

Os estudantes denunciaram também a manobra da grande imprensa que tenta colocar o dilema Tancredo-Maluf como obrigatório e definitivo, ignorando e não abrindo espaço para as propostas e estratégias que ainda podem nos levar às diretas antes da reunião do Colégio Eleitoral.

O Colégio, segundo a **UNE**, é um campo de batalha escolhido e preparado pela ditadura militar, e a candidatura Tancredo é uma proposta que retira o povo do combate ao regime, pois está aliada a setores claramente golpistas e identificados com a ditadura.

Além do repúdio ao Colégio e à candidatura Tancredo o **V CONEB** decidiu pelo desmantelamento de todos os órgãos de representação política (SNI, LSN); pela liberdade e autonomia sindical; punição dos responsáveis pela tortura, assassinatos e corrupção, rompimento com o FMI, fim do arrocho salarial e toda uma gama de reivindicações já tradicionais da entidade, como o ensino gratuito em todos os níveis, reforma agrária e etc...



LULA:

ir ao Colégio é trair o povo

O presidente do PT (Partido dos Trabalhadores), insiste na tese de que o acordo intitulado "Aliança Democrática" não passa de uma manobra entreguista da oposição junto ao Governo. No entender do líder petista o que está ocorrendo não é a adesão de setores do Governo às teses oposicionistas, mas sim a adesão de forças até então oposicionistas às teses políticas e administrativas do regime militar. Leia.

LM — Selando o pacto do PMDB com a Frente Liberal, foi lançado o manifesto de formação da Aliança Democrática. O que acha o PT da plataforma proposta naquele documento?

LULA — O chamado manifesto da Aliança Democrática não passa de um documento de conveniência para justificar a traição à campanha das DIRETAS-JÁ, tentando criar na opinião pública a idéia de que essa seria uma saída para conquistarmos a democracia. O manifesto, portanto, não passa de uma tentativa de dar picolé pra criança.

LM — Mas o manifesto adota como bandeira algumas medidas simpáticas...

LULA — Não basta fazer um documento bonito. É preciso saber quem está atrás dele. Como se justificará para a opinião pública que, de repente, homens do tipo de José Sarney viraram oposicionistas, se há pouco mais de 3 meses ele foi um dos principais articuladores da derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional?

LM — O que pretendem realmente os segmentos da alta burguesia que sustentam hoje a candidatura Tancredo Neves?

LULA — Esse manifesto, como essa aliança, tem a finalidade de afastar o povo do centro das decisões políticas e mais uma vez encontrar uma saída por cima, onde as chamadas elites decidirão os destinos de nosso País. Aliás, nessa prática o Sr. Tancredo Neves tem 50 anos de experiência. E desta feita ele e os setores ditos oposicionistas estão sendo cooptados pelo regime para darem continuidade ao golpe de 64. No Colégio Eleitoral sairá, seja quem for o vitorioso, o 6º governo da ditadura.

LM — O Governador Tancredo Neves não tem poupadinhos elogios ao Senador José Sarney. As pessoas que acorreram às ruas na campanha das DIRETAS-JÁ, como estariam encarando hoje essa sôfrega composição entre desafetos de ontem?

LULA — É lamentável, embora não surpreenda, que o PMDB se preste a esse papel de salvador do regime militar, e nessa atitude não tenha tido o menor respeito pelos milhões de brasileiros que se mobilizaram, na maior campanha de que se tem notícia em nossa história, para conquistar as eleições diretas e por fim ao regime militar. Nós nos preocupamos que para tomar tal atitude o PMDB não tenha sequer procurado ouvir os que estiveram com ele na campanha, como o PT, o PDT e vários outros setores da sociedade brasileira.

O mais grave é que a população tenha sido totalmente desrespeitada e alijada do processo, como se fosse um empecilho qualquer. Isso, é claro, gerou uma frustração muito grande no povo, que se mobilizou de forma tão contundente e massiva, colocando claramente o seu desejo de ver o fim desse regime, que agora está sendo salvo por setores ditos de Oposição. Contudo, acredito que o povo brasileiro encontrará rapidamente uma forma de dar continuidade à sua luta, afastando de seu caminho a ditadura e os setores que hoje estão a serviço dela e, a médio prazo, os trabalhadores e toda a população darão a esses senhores o troco merecido.

LM — O PT não vai ser forçado pelas circunstâncias a comparecer ao Colégio Eleitoral para votar em Tancredo?

LULA — O PT, diante desse quadro, tem uma posição muito clara, definida por toda a sua base. Não irá ao Colégio Eleitoral, pois quando o Partido se comprometeu durante a campanha das diretas a repudiar o Colégio, não fazia isso como muitos parecem ter feito, apenas para retórica e discurso. Efetivamente o PT não acredita em soluções de cúpula. Negar esses acordos por cima é da prática cotidiana de nosso Partido. Nós entendemos que ir ao Colégio é uma traição ao povo, e, mais, ir ao Colégio, em aliança com os homens desse regime, como Aureliano, Sarney, Armando Falcão, Geisel, Marco Maciel e outros próceres do regime militar é uma traição dupla.

LM — E o risco de isolamento político para quem persistir arredio às eleições indiretas?

LULA — Nossa posição tem sido muito clara. Mas em nenhum momento foi sectária. Marchamos na campanha das diretas com todas as forças e continuaremos marchando com todos aqueles que, fiéis à vontade do povo brasileiro, estejam dispostos a continuar na luta pela conquista das eleições diretas e das principais reivindicações do nosso povo, como é o caso dos companheiros do grupo SÓ-DIRETAS, do PMDB, que em Santa Catarina tem, no Senador Jaison Barreto, um de seus representantes mais combativos.

Outros setores têm-se manifestado contra a ida ao Colégio Eleitoral. Devemos ter a capacidade de articular todas essas forças e partir para uma ampla mobilização de toda a sociedade em cima de propostas claras e, para tanto, o PT propõe um programa de 10 pontos:

1 revogação da Lei de Segurança Nacional e demais leis repressivas, bem como os dispositivos constitucionais sobre medidas de emergência, desmantelamento do aparelho repressivo;

2 rompimento imediato com o Fundo Monetário Internacional e imediata suspensão do pagamento da dívida externa, com a subsequente investigação de cada caso;

3 imediato reajuste salarial para todos os trabalhadores, com base na inflação dos últimos 6 meses, e subsequente adoção, daí por diante, da escala móvel de salários;

4 salário-desemprego, de aplicação imediata e adoção de medidas econômicas para gerar empregos em grande escala nas diversas regiões do País;

5 reforma agrária sob direção e controle dos trabalhadores, que garanta a terra para quem nela trabalha;

6 liberdade e autonomia sindicais, com reconhecimento efetivo do direito de greve e desatrelamento da estrutura sindical em relação ao Estado;

7 reformulação, com a efetiva participação dos trabalhadores, das leis sobre trabalho, salários, previdência social e aposentadoria;

8 atendimento de emergência às necessidades básicas da população mais carente, em termos de alimentação, saúde, habitação, educação, transporte, vestuário, recreação, lazer e cultura, com fundos provenientes dos lucros das multinacionais, das propriedades rurais, sistema bancário e financeiro;

9 ampla e livre organização política e partidária, expressamente para as correntes partidárias atualmente consideradas ilegais; eleições diretas para prefeitos de todos os municípios, inclusive os considerados como área de segurança nacional; revogação da Lei Falcão, das inelegibilidades, dos casuísmos à legislação partidária e eleitoral e de quaisquer restrições à livre propaganda e ao direito de voto; extensão do voto aos analfabetos, soldados e cabos;

10 solidariedade aos povos de todo o mundo que lutam contra o imperialismo e a opressão de governos antidemocráticos; exigência de reatamento das relações diplomáticas, culturais e comerciais com Cuba e reconhecimento da FNLM como legítima representante do povo salvadorenho, com a posição clara de boicotar o Colégio Eleitoral, boicote que pode começar já, impedindo, no Congresso, a regulamentação do Colégio. Com um programa mínimo, como o que propomos, com efetiva mobilização do povo brasileiro, alcançaremos as diretas e, o que é mais importante, o fim do regime militar.

Mulheres questionam movimento feminino na política e buscam espaço próprio

Política não é assunto só para homens? Não existe incompatibilidade entre o exercício de funções políticas ou a própria militância política e as responsabilidades, sempre atribuídas à mulher, pelas tarefas domésticas? Para que organizar um movimento de mulheres, dentro de um partido político?

Existe, na sociedade brasileira todo um condicionamento cultural que bloqueia a participação política das mulheres, às quais representam 51% da população de um país carente de democracia. Sem essa efetiva participação feminina, porém, não se construirá, no Brasil, uma democracia propriamente dita. A participação política das mulheres é necessária para que a democracia adquira um teor social.

Não se pode dizer que as mulheres, hoje, não participam da política e, mesmo, da vida partidária. As lutas populares, conduzidas pelos inúmeros movimentos, sociais que se multiplicam pelo País afora, contam com a força de um enorme contingente de mulheres militantes; profundamente engajadas na revolução democrática cujo processo se dá no seio das classes populares. É uma militância de alta qualidade.

MULHERES À LUTA

Na década de 70, evidenciadas de forma mais flagrante as contradições da realidade brasileira, houve um avanço significativo da inserção das mulheres nas lutas populares, embora esse índice de participação política seja ainda muito baixo, especialmente nos quadros da militância partidária.

A democracia interna nos partidos políticos é precária. O PMDB não foge a essa lamentável regra. Ele reflete, no seu interior, a desigualdade e a discriminação existentes no conjunto da sociedade, como mecanismo de produção de votos, nos períodos eleitorais, com a participação episódica de grande número de militantes, homens e mulheres. Mas o PMDB, no dia-a-dia dos períodos não eleitorais, tem poucos militantes.

Para quem tem, a partir de uma consciência crítica da realidade, a preocupação de transformar a sociedade, a construção de um partido de militantes se apresenta como condição indispensável. A transitoriedade da frente peemed-

bista deverá dar lugar ao surgimento de um partido real, de massas, duradouro.

A mobilização das mulheres para uma ação político-partidária permanente que leve o PMDB a se tornar um partido moderno de massas, profundamente enraizado nas bases populares, é a principal razão de se organizar o movimento de mulheres, bem como os movimentos trabalhistas e jovem.

POR ONDE COMEÇAR?

O movimento de mulheres do PMDB é portanto, um instrumento necessário de recrutamento de militantes femininas, de mobilização desses 51% da população constituído de mulheres, sem as quais não é possível construir um partido, internamente democrático, capaz de democratizar a sociedade.

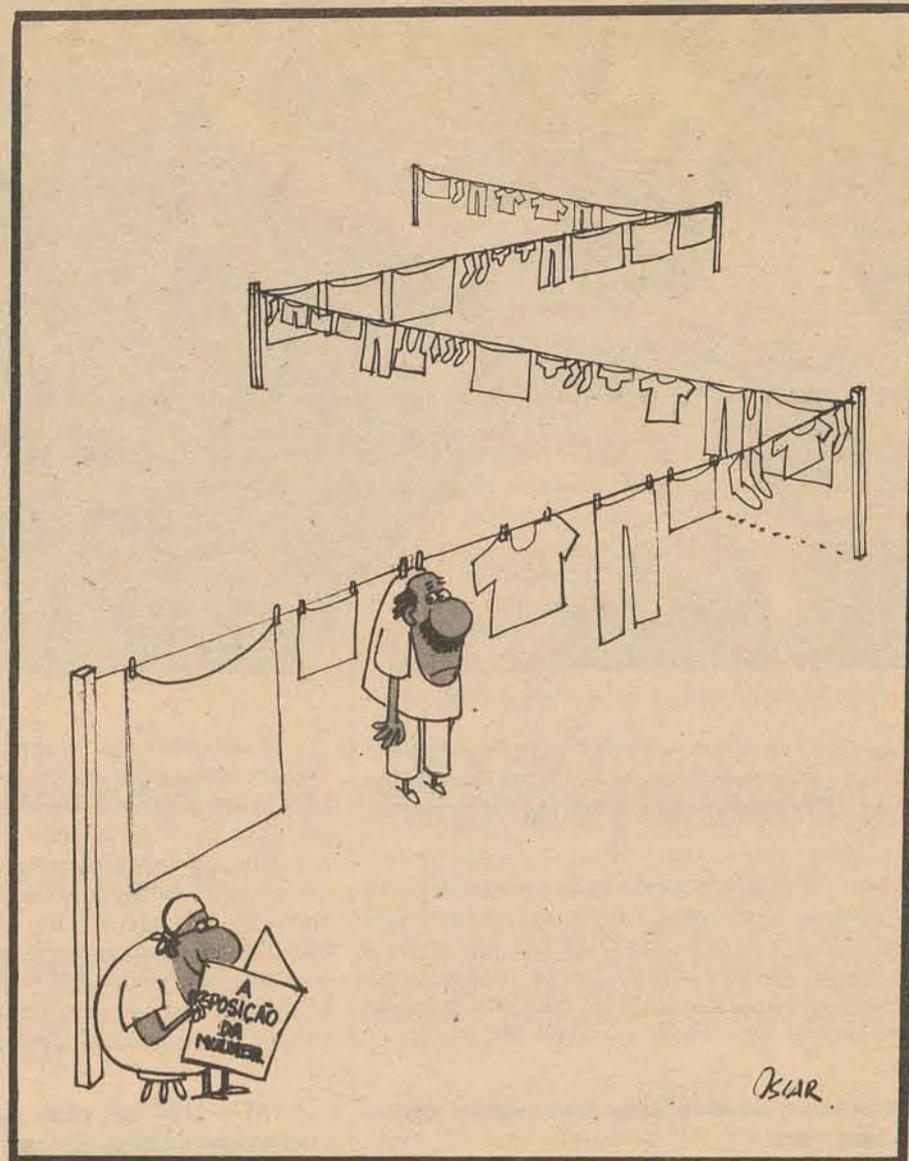
O movimento de mulheres é um espaço que as próprias mulheres vão conquistando e ampliando dentro do partido e na sociedade para o exercício pleno de sua cidadania no sentido das transformações sociais. É, ao mesmo tempo, uma escola de formação de quadros onde se cultiva e se amplia a consciência política das militantes do Partido. Por isso, o movimento não pode ser criado por decreto, com o mecanismo burocrático eleitoralista de quem quer que seja.

A motivação para a militância partidária tem, certamente, o seu fundamento na posição ideológica, definida e explicitada. Por isso compete ao partido, às suas direções nos diversos níveis, propiciar condições para que as mulheres participem da vida partidária de forma consciente, na base de uma militância alicerçada no conteúdo doutrinário e ideológico do programa básico do PMDB.

As mulheres mais engajadas na vida partidária têm um papel importante nesse empreendimento político de mobilização feminina, através do movimento de mulheres e deveriam ocupar cargos de direção na estrutura do Partido.

Movimento de mulheres do PMDB: para quê? Para democratizar o partido. Quando isso for alcançado, o movimento será dispensável por que, então, homens e mulheres, em pé de igualdade, lado a lado, farão do PMDB a grande trincheira de luta pelas transformações sociais que justificam a autêntica política.

Texto obtido junto às militantes do PMDB de Florianópolis



Deputado não aceita Colégio sem nova campanha nacional

O Deputado Estadual Neuto de Conto do PMDB, disse que apenas vencidas "todas" as etapas de mobilização e de agilização no Congresso, como a votação da Emenda Theodoro Mendes, que restabelece as eleições diretas para a Presidência da República, é que poderia admitir a cogitação de comparecer com o PMDB no Colégio Eleitoral.

Ele não admite ainda a hipótese, pois acredita no fator mobilização, uma vez que os resultados obtidos na primeira rodada da campanha pelas diretas já provocou o maior movimento de massas de toda a história da República, com a participação maciça de toda a população, todos os segmentos.

Neuto disse que "mobilizamos a sociedade, fomos às ruas, subimos aos palanques, firmamos requerimentos na bancada da Assembléia, repudiamos qualquer participação no Colégio Eleitoral, por ser imoral e ilegítimo. Pedimos sempre eleições diretas já, coerentes com nossa postura política e pela tradição partidária continuamos honrando a pregação", e continuou declarando-se surpreso até mesmo com as últimas posições do PMDB, pois "em momento algum pensamos que o Partido iria ao Colégio, principalmente quando ainda não foram esgotadas todas as alternativas para elegermos o futuro Presidente da República pelo voto livre, secreto e soberano de todos os brasileiros.

A ida ao Colégio somente é considerada por Neuto de Conto se, e somente se, todas as etapas forem realmente cumpridas, sobrando então como única solução o Colégio Eleitoral. E, mesmo assim, ele apenas admite a participação se houver uma proposta mais clara e definida com a consciência de brasilidade, aberta à Nação, dando conta da proteção à Pátria e seus filhos, "é que poderia voltar a rever o posicionamento e aderir à tese do Colégio para substituir o Presidente da República".

MUDANÇA COMO LEMA

JOSÉ DE SANTA ANNA

O PDS, a ARENA, caminha rapidamente para extinção. Tantos escândalos e tantas iniquidades foram praticados impunemente, sob tal sigla protetora, que está se tornando maldita e pesada demais para ser carregada pelos que dela até agora se beneficiaram. A debandada ocorre em atropelo. As Maldalenas, esbaforidas, e com total despudor, atiram-se agora nos braços de novos amantes, renegando as orgias dos que tanto as saciaram até então. Durante duas décadas deitaram e rolaram no berço esplêndido do poder

O impressionante FEBEAPÁ de Tancredo e suas conseqüências para o PMDB

Caso estivesse vivo, Stanislaw Ponte Preta, criador do FEBEAPÁ, Festival de Besteiras que Assola o País, sem dúvida alguma poderia obter no discurso de lançamento do candidato Tancredo Neves uma das mais preciosas jóias do discurso vazio na política Brasileira. Como Figueiredo, que há dois anos disse: "O problema da seca nordestina é a falta de água", Tancredo não conseguiu sair de cima do muro em seu discurso tedioso, preparado em 24 páginas de circunlóquios e volteios que visavam unicamente confundir e tapear a audiência.

O discurso (publicado na íntegra nos jornais do dia 13 de agosto), é uma peça de retórica arcaica, mero palavreado. E, como Maluf, Tancredo apenas citou os problemas mais graves do País — qualquer criança de 8 anos também o faz, e não se comprometeu com nenhuma solução. O vazio dos discursos de Maluf e Tancredo, a fuga das reais soluções dos problemas sociais do Brasil de hoje, mostra, pelas comparações, que ambos representam os mesmos interesses políticos e econômicos, e são apenas "testas de ferro" do contínuismo do poder autoritário e avesso às aspirações populares.

Jogo de palavras

Uma ligeira observação nas últimas declarações de Tancredo Neves coloca a nu seu jogo — ele quer o apoio de todas as lideranças políticas para ungi-se candidato e futuro Presidente. Assim, se o problema é cooptar a participação de Lula numa Frente sob seu comando ele desova o elogio: "... trata-se de uma das mais honestas e originais lideranças no novo e pujante proletariado brasileiro". Se é necessário o apoio de Aureliano, ele diz que "aí está a maior reserva moral do Brasil". Brizola para Tancredo é o "aliado mais seguro, porque reúne à antiga combatividade juvenil a experiência das decepções e a maturidade do exílio", e, para redimir-se com Ulisses Guimarães, Tancredo diz que o presidente do PMDB é "sem dúvida o primeiro modelo liberal de minha formação, ainda nos albores da juventude".

Mas sabemos todos e também o candidato deve saber, que essa retórica não chega às camadas populares, que muito mais que elogios quer soluções para seus problemas e aflições. A saída, portanto, não é por aí, pelo caminho do volteio e do conchavo sombreado, onde salvam-se todos os poderosos e uma vez mais perde o povo.

Tancredo, em matéria de conchavos e volteios é mestre, pois todos sabemos das suas reais intenções quando da criação do finado PP (Partido Popular), que objetivava implodir o PMDB. Frustrado nessa primeira tentativa, tenta agora, numa manobra que vem enganando respeitáveis setores da Oposição brasileira, alcançar a Presidência pela via indireta e através da sigla PMDB.

O vazio de suas propostas políticas é, no momento, considerando também o perfil de seus principais aliados (Sarney, Marco Maciel, banqueiros diversos e outros), a certeza de que um futuro negro espera o PMDB junto ao povo. A população não perdoará ao PMDB por mais esta farsa.

discrecionário, lambuzando-se completamente no gozo fácil de todas as benesses imagináveis, sem o menor arrependimento ou sentimento de culpa. De repente, sem qualquer ato de fé ou contrição eficaz, mudam de lado. Procuram, com isso, usurpar o espaço daqueles que durante esses mesmos vinte anos combateram os ditos escândalos e as ditas iniquidades, e que enfrentaram de peito aberto a ferocidade das cassações e das perseguições, e dos casuísmos inescrupulosos.

O PDS, segundo o melhor conceito doutrinário, nunca foi constituído por companheiros de Partido mas sim por comparsas do poder. Um ninho de oportunistas. Cada um tratou de nutrir-se e engordar as suas burras, sem o menor compromisso com ideologias ou com as aspirações populares, para as quais sempre voltaram as costas. Os 20 anos de ditadura destruíram quaisquer resquícios de distribuição razoável de rendas, proporcionaram fabulosos enriquecimentos pessoais, e foram o paraíso dos dedos-duros. Muitos canalhas e patifes, que em épocas normais ou seriam anônimos ou freqüentariam as crônicas policiais, aproveitaram o festival de ódios e de inversão de valores para abocanharem o seu suculento quinhão. Inaugurou-se o império dos espertos e o reino dos salteadores. Esses 20 anos de ditadura reduziram a nossa Pátria a um País de abandonados e famintos. As vozes de D. Hélder e de D. Paulo foram ameaçadas. Decretaram-se as falências da Educação, da Saúde, da Previdência Social, da Segurança e até da soberania nacional. Em contrapartida cresceu a comunidade da informação, sob a tutela do SNI, instrumento e mecanismo do terror político.

Pois agora esses senhores do PDS filhos e afilhados do sistema a que serviram, e do qual serviram-se, desvencilham-se da sigla totalitária e procuram passar por i-

nocentes e por amigos do povo. Renegados, estão apostando no esquecimento popular. Evidentemente, não há sinceridade nessa troca fisiológica de paletó. Todos sabem que a Política não é uma prática isenta de malícia. Mas ela exige um mínimo de coerência nos seus compromissos de fundo ideológico, que é a sua razão de ser. E só se justifica chegar ao poder para pô-las em prática. Os tais senhores, contudo, não agem nessa linha de conduta.

O leitor possuído de memória sabe muito bem que, no nosso Estado, há 80 anos apenas duas famílias mandam e desmandam. Apenas duas famílias, diretamente ou através de títeres, mandam, desmandam, e comandam, alternadamente os destinos dos catarinenses. É como se o nosso Estado fosse um fazendão particular, submetido aos caprichos dos chefes dessas duas clãs. Se pararmos para pensar, vamos verificar sem muito esforço que isto é um absurdo. Mais do que um absurdo, é um insulto. Será que as milhares e milhares de outras famílias, e com outros sobrenomes, não passam de incapazes? Será que são todos uns beócios, será? Claro que não. O teu sobrenome, leitor, é tão importante e tão digno quanto o de qualquer outra família. Apenas não te dão oportunidade e não te dão vez. Temos que acabar com o ciclo retrógrado dos feitores de fazenda e com os supostos "pais" do povo e do Estado. Não existe mais clima para caciquismos. Quem tem cacique é índio. Quando eclodiu o golpe de 64 tivemos o maior exemplo de fisiologismo político no nosso Estado. As duas famílias, que durante 80 anos iludiram o povo, fingiram-se de entricheiradas em campos opostos, mas que depressa uniram-se em longo abraço. Acumpliciarão-se no Poder, e de mãos dadas beijaram a espada opressora. Primeiro eles. Que se lixassem os seus seguidores. Mas esse quadro tem que reverter. Vamos prestigiar os nossos políticos que sejam coerentes com os seus princípios e acreditar nas suas propostas de mudança. Vamos insistir na luta pelas eleições diretas.

A maioria exige explicações

Fiel a seu espírito democrático, "Lutas da maioria" fez todos os esforços possíveis para localizar e ouvir o companheiro Pedro Ivo sobre as questões abaixo. Baldados esses esforços, que já vinham da publicação anterior, não temos outro modo senão encaminhá-las através de nossas páginas.

1) Por que a Direção do PMDB de Santa Catarina expediu nota oficial contra a realização do Simpósio do Comitê Suprapartidário sobre Socialismo Democrático?

2) Com base em que ato público a Direção do PMDB local aderiu à Frente Liberal do PDS e desprezou o Comitê Suprapartidário, também representado pelo PT e pelo PDT?

3) Como e por que a tese do "candidato único das Oposições pela VIA DIRETA" se transformou na tese do "candidato Único do PMDB e do PDS pela VIA INDIRETA?"

4) Por que o PMDB local aderiu à tese antidemocrática de apoio a um candidato único na Convenção Nacional, inaugurando prática autoritária, no mesmo momento em que o PDS, tradicionalmente autoritário, realizou sua Convenção de modo democrático?

5) Por que o PMDB catarinense não protestou contra a traição de seu programa partidário de DEMOCRACIA INTERNA e luta pelas ELEIÇÕES DIRETAS?

6) Como o companheiro explica a censura imposta aos demais companheiros do PMDB catarinense no sentido de que não se pronunciassem contra a ida das Oposições ao Colégio Eleitoral?

Resposta para a Caixa Postal 1295, Florianópolis, CEP 88.000.



As chuvas de julho devolveram Santa Catarina ao noticiário nacional. O quadro de desolação e miséria, de morte e de dor repetiu-se na calamidade das enchentes.

Da primeira vez, como regente da distribuição de bens enviados ao nosso Estado pela comovente solidariedade do resto do Brasil, Esperidião Amin conseguiu notoriedade em todo o País.

A repetição do flagelo, entretanto, recoloca-o na pequenez da irresponsabilidade, que maliciosamente tenta repassar ao ministro Mário Andreazza.

Subindo pela hierarquia, enquanto usufrui das verbas federais para promover sua própria candidatura à Presidência da República (já fracassada), Andreazza passou a batata quente ao adequado bode ex-

piatório dos males brasileiros, que é o ministro Delfim Netto. Este, como sempre, não se aperta. E faz descer pela mesma via burocrática a responsabilidade do sinistro à autoridade de origem. E Esperidião desce da fama ao pelourinho catarinense, de onde não deveria ter saído.

E o povo? Por quanto tempo permanecerá na insegurança da omissão das autoridades, apavorado pela regularidade e antevisão de novo flagelo?

Quem resgatará o sofrimento de tantas perdas materiais e humanas?

Quem responderá pelo crime de imprevidência da tragédia?

COMO PUNIR OS CULPADOS?



Roberto Motta, relator da CPI, estarecido com as proporções do escândalo.

BESC: O escândalo continua

Apesar das provas e denúncias tudo continua na mais absoluta impunidade. Amin e seus comparsas do presente e do passado reinam sobre o roubo.

O BESC gastou 67 milhões de cruzeiros em brindes e presentes, muitos deles dados em caráter particular por seus diretores, entre janeiro de 1981 e junho de 1983. No mesmo período gastou outros 53 milhões em jantares, coquetéis e recepções. No final do ano passado, quase dois mil clientes deviam nove bilhões de cruzeiros — mas o grosso dos empréstimos beneficiara menos de 100 pessoas, sobretudo ligadas ao PDS, favorecidas com altas quantias a juros baixos. Por estas e por outras é que hoje o BESC é o segundo maior devedor do Banco Central, entre os bancos comerciais estaduais, com um rombo de Cr\$ 33 bilhões.

Temos a lista dos maiores devedores. Ressalvamos que ela é de novembro de 83. Muitos podem ter liquidado seus débitos, entre eles Ivan Bertaso, ex-secretário do Oeste, que com sua esposa e outros parentes levantou mais de Cr\$ 100 milhões, e Nilson Wilson Bender, ex-candidato a prefeito de Joinville, pelo PDS. Aliás, derrotado.

Devassamos também as contas de publicidade. Observem a relação das despesas — ela indica que o banco não usou critérios profissionais, como defendem seus diretores, pois aplicou os maiores valores apenas no segundo semestre de 82 (o semestre das eleições), revelando claramente os objetivos políticos das veiculações. Os 22 mil acionistas particulares do BESC são meros figurantes, na cena comandada pela caneta do governador do Estado.

Na CPI, a Guerra do Papel

Para que estes dados viessem a público foi preciso muito esforço. Criada a CPI, em setembro de 83, por solicitação dos deputados do PMDB Roberto Motta, Francisco Kuster e Dércio Knop, começou a primeira batalha. Quatro dos sete membros da comissão, incluindo seu presidente, Bulcão Vianna, são do PDS. Manobrados pelo palácio do governo, trataram sempre de esfriar as investigações, evitando um desgaste político maior.

E conseguiram somente depois de 20 reuniões da CPI, exatamente na última antes do recesso deste semestre, em 27 de junho, foi que o presidente do BESC, Carlos Passoni Junior, sentou no banco dos réus.

E quando sentou, mentiu. Afirmou que a dívida do BESC seria oriunda de uma operação (nebulosa) com o Badesc (Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina) e BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul). Um dia depois, a direção do BRDE, em nota oficial publicada na Gazeta Mercantil, simplesmente desmentiu o presidente do BESC.

Até ouvir Passoni os deputados do PMDB tiveram que travar uma complicada luta, em que as armas foram dezenas, centenas de ofícios (a secretaria da

CPI já tem mais de 1.200 páginas acumuladas) para obter informações do banco que caberiam em três páginas, e res-

pondendo uma só pergunta: quem ficou com a parte do leão?

Para não fornecer informações, Passoni alegou "sigilo bancário", mas a tese foi desmontada pelo relator da CPI, Roberto Motta, que citou o parágrafo terceiro, do artigo 38 da lei 4.595, que dispõe sobre as instituições bancárias: "O Banco Central da República e as instituições financeiras públicas prestarão informações ao Poder Legislativo, podendo, havendo relevantes motivos, solicitar sejam mantidas em reserva ou sigilo". Como se vê, a legislação obriga claramente a que se dê informações ao Legislativo.

O Que Há Para Esconder?

O deputado Roberto Motta afirma que está "estarecido" com as proporções do escândalo e garante que, tão logo termina o recesso parlamentar, vai exigir na Justiça as informações que o BESC vem negando. Promete que a CPI vai pedir uma relação das empresas pré-falimentares que receberam empréstimos, esclarecimento sobre o destino dos recursos que o BRDE contestou e pedirá o comparecimento de Francisco Grillo, ex-diretor da BESCRI que fez sérias acusações a Passoni, para depor, convocação até agora impedida pelos quatro pedessistas.



Cr\$ 120 milhões em presentinhos e coquetéis. Será que eles nunca ouviram falar na crise?

RELAÇÃO DOS BRINDES E PRESENTES, CONCEDIDOS PELO BANCO E PESSOALMENTE, A CUSTO DO BANCO, PELOS DIRETORES, NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1981 A JUNHO DE 1983:

PERÍODO	VALOR - CR\$
1981	11.094.634,25
1982	48.577.891,82
1º Sem. 1983	8.219.510,11
TOTAL	CR\$ 67.892.036,18

GASTOS DO BANCO COM: INAUGURAÇÕES, JANTARES, COQUETÉIS E RECEPÇÕES EM GERAL, NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1981 A JUNHO DE 1983:

PERÍODO	VALOR - CR\$
1981	8.873.807,15
1982	38.137.369,54
1º Sem. 1983	6.664.233,64
TOTAL	CR\$ 53.675.410,33

Crerios políticos na aplicação dos recursos. No segundo semestre de 1982, justamente o semestre das eleições, a destinação de verbas de publicidade até seis vezes maiores que no anterior



BESC Banco do Estado de Santa Catarina S.A. PRESI - Planejamento e Marketing

ESPECIFICAÇÃO	1981		1982
	II Semestre	I Semestre	II Semestre
Televisões	-	-	1.003.040,00
Barraiga Verde	-	-	6.370.490,40
Catarinense (Rb)	917.872,00	984.216,00	4.075.099,70
Cultura (Rádio e)	307.224,00	598.734,40	2.250.080,00
Eldorado	80.800,00	506.365,60	661.646,00
Planalto	211.680,00	259.771,20	-
RBS Comunicações	54.687,60	-	-

IMPEIDIDOS DE OPERAR COM H.F.S.L.		PAG. 9	
CREDITOS EM LIQUIDACAO		DATA: 03/11/83	
NUM. CL	DEVEDOR / LOUBRIGADO	VALOR	AGEN.
83/0938785	DORVAL RODOLFO P JUNIOR	24.890.887,33	999
83/0917887	DORVAL RODOLFO PAMPLONA JR	1.711.036,43	999
83/0959882	DULCINEIA R SANDRINI	69.369.115,58	999
83/0959984	ELAINE MARIA S BERTASO	21.919.939,63	999
83/0967884	ELAINE MARIA SILVESTRI BERTASO	5.573.291,63	999
83/0967880	ELETRIFICACAO RURAL STA CAT SA	625.368,13	040
83/0967883	ELETRIFICACAO RURAL STA CAT SA	512.721,17	040
83/0967885	ELETRIFICACAO RURAL STA CAT SA	1.704.390,59	040
83/0967887	ELETRIFICACAO RURAL STA CAT SA	1.211.313,46	040
83/0967888	ELETRIFICACAO RURAL STA CAT SA	26.216.556,49	040
83/0967881	ELETRIFICACAO RURAL STA CAT SA	658.772,37	040
83/0911887	DAGMAR WILLICH	9.366.887,33	999
83/0912880	DAGMAR WILLICH	25.877.480,27	999
83/0912189	DAGMAR WILLICH	21.700.802,99	999
83/0911889	DAGMAR WILLICH	40.460.512,87	999
83/0973184	DIANE DEUSCHLE	4.584.692,12	014
83/0968587	DIANE DEUSCHLE	42.502.918,48	999
83/0968489	DIANE DEUSCHLE	24.036.983,72	999
83/0968380	DIANE DEUSCHLE	57.996.902,11	999
83/0959788	IVAN F BERTASO	21.919.939,63	999
83/0958883	IVAN F BERTASO	18.091.576,49	999
83/0967884	IVAN FEURSCHEIT BERTASO	5.573.291,63	999
83/0910587	IVONE ROEPKE	9.472.929,20	999
83/0910680	IVONE ROEPKE	83.179.577,66	999
83/0910880	IVONE ROEPKE	24.978.740,25	999
82/0923188	IVONETE M MARLONDES DE MATTOS	11.913.948,01	048
83/0910880	NILSON WILSON BENDER	1.378.223,05	014
83/0910882	NILSON WILSON BENDER	403.362,24	014
83/0919484	NILSON WILSON BENDER	404.475,33	014
83/0920289	NILSON WILSON BENDER	403.362,24	014
83/0920780	NILSON WILSON BENDER	403.362,24	014
83/0920180	NILSON WILSON BENDER	397.240,27	014
83/0920082	NILSON WILSON BENDER	403.362,24	014
83/0919985	NILSON WILSON BENDER	404.475,33	014
83/0919887	NILSON WILSON BENDER	397.240,27	014
83/0919789	NILSON WILSON BENDER	403.362,24	014
83/0919680	NILSON WILSON BENDER	399.466,44	014
83/0920888	NILSON WILSON BENDER	1.526.595,30	014
83/0920986	NILSON WILSON BENDER	3.046.939,48	014
83/0935281	NILSON WILSON BENDER	3.234.424,14	182
83/0912189	NORBERTO ROSIN	21.700.802,99	999
83/0911987	NORBERTO ROSIN	9.366.887,33	999
83/0912880	NORBERTO ROSIN	25.877.480,27	999
83/0911889	NORBERTO ROSIN	40.460.512,87	999
83/0937180	OLDEMAR PHILIPPI	30.107.367,50	999
83/0963580	OSNIR FACINI	24.104.275,97	999
83/0963482	OSNIR FACINI	19.440.173,28	999
83/0918884	OTILIA SIMPONI	83.179.577,66	999
83/0918580	OTILIA SIMPONI	24.978.740,25	999
82/0910587	OTILIA SIMPONI	9.472.929,20	999

999 é o código da corrupção. Indica que a operação de empréstimo é feita pela Direção Geral do BESC, destinando recursos acima dos limites normais e em condições de juros especialíssimas. Para os amigos da casa, é claro.

Planalto catarinense: limite está na falta de apoio

Produção diversificada oferece possibilidades de investimento

Humberto Brighenti

A cidade de S. Joaquim, localizada no planalto catarinense teve seu início em meados do século passado quando por aqui passavam e acampavam os tropeiros paulistas que se dirigiam ao Rio Grande do Sul. Com uma extensão territorial de 2.174 km² é o terceiro município do Estado, caracterizando-se pelo seu clima frio e regiões montanhosas, com uma altitude média de 1.470 metros.

A princípio S. Joaquim tornou-se nacionalmente conhecida pelas suas baixas temperaturas e as nevascas que aqui ocorrem com frequência. Hoje, devido ao micro-clima aqui existente, estamos em franco desenvolvimento e grande é o nosso potencial.

Aspectos econômicos

Até o final da década de 40 a economia Joaquinense baseava-se exclusivamente na pecuária. Hoje, ainda muito importante, pois, com suas cem mil cabeças bovinas formam o terceiro rebanho do estado. A partir de 1945 muitas serrarias aqui se instalaram e num processo desordenado destruíram quase que completamente nossas florestas de pinheiros. Algumas aqui ainda permanecem, porém longe de serem tidas com o uma atividade importante, devido ao seu baixo retorno e grande prejuízo ao meio ambiente.

No início dos anos 70, o grande milagre, não do Delfim, o grande enganador, mais o da natureza, que fez com que o povo joaquinense descobrisse que o micro-clima aqui existente oferecia excelentes condições para o cultivo de frutas de clima temperado e produção de sementes.

Hoje, 15 anos depois, temos mais ou menos 2 mil hectares de pomares produzindo as melhores maçãs do País e as sementes de batata, feijão e aveia são reproduzidas em todo o território nacional. Mas as dádivas são inúmeras e sabemos que nossa região se projeta como uma das melhores do País para o cultivo de flores, **champignons**, outros tipos de sementes e frutas de clima temperado; também para criação de peixes e ovinos.

Mas de tudo isto, o que muito nos orgulha é que aqui produzimos um dos alimentos mais nobres e antigos da face da terra, que é o mel. Ainda não temos em grande quantidade. Mas já temos a melhor qualidade. E como prova disso, em 1979, no **Vigésimo nono Congresso Internacional de Apicultura**, realizado em Atenas, na Grécia, duas amostras de nosso mel, uma da flor da maçã, outra de canudo de pito, foram agraciadas com medalha de ouro entrando assim o nosso mel para o rol dos melhores méis do mundo.

Tudo isto graças às condições ecológicas aqui existentes, pois nossas abelhas aqui encontram, a partir de setembro, até abril, as mais abundantes e diversificadas floradas. Nos campos florescem inúmeros ciclos diferentes de vassouras melíferas e nas matas nativas centenas de espécies que em um colorido próprio formam um paraíso para as abelhas.

Mas não são só os campos e as matas nativas. Temos também dois milhões de pés de macieiras, que no mês de outubro se cobrem de flores e recebem suas amigas, as abelhas e em troca do serviço de polinização fornece-lhes o precioso néctar, que será transformado em mel pelas incansáveis operárias da natureza.

Lages: saída está na agricultura

Cosme Polenzi

Economicamente o Planalto serrano catarinense não merece o castigo que governantes deste Estado e do País lhe impuseram ao longo desses 20 anos de ditadura. Lages, como os demais municípios da serra, outrora ricos com a extração de portentosas e infundáveis araucárias que cobriam como um manto vastas áreas desse rico chão assistiram, em pouco tempo, exaurir-se o verde-ouro que sustentou o concreto das construções: Rio de Janeiro, Belo Horizonte e da solitária, mordômica e corrupta Brasília.

O errante homem sem trabalho e sem madeira migrou. Foi embora. Poucos enriqueceram. A maioria alojou-se, desprotegida, esquecida e injustamente abandonada nas periferias da cidade. Os que ficaram, na sua grande maioria, buscaram outras opções de renda numa economia de subsistência abandonada pelos governos. O povo teve como aliado o poder público municipal, especialmente o de Lages que a partir de 76 fomentou grandemente os pequenos e médios rurais com um leque de alternativas diversificadas e complementares buscando fortalecer aos produtores na tentativa de recuperar, de forma libertária, a economia regional.

Os coelhos, carneiros, cabritos e rãs, as abelhas e os peixes como as culturas variadas do alho à maçã assistiram, extasiados, a rotulagem, pelo ex-governador de república socialista as práticas do governo municipal do PMDB laqueado calcados numa democracia sem adjetivos, com ampla participação popular, organizando a comunidade. A produção de alimentos, sem dúvida, é a opção correta. O PMDB estava certo.

O planalto serrano catarinense ensaia a sua recuperação não com o apoio das instituições governamentais do Estado e da União, nem com os troca-trocas ou sacolões, mas com a força do seu povo, Reconquistando o espaço roubado o povo serrano avança no tempo buscando com as abelhas o néctar das macieiras para o aumento da produção do mel e a tonelagem dos pomares — num exemplo apenas — da integrada e desejada produção rural. Desmistificando em números os incrédulos de hoje e de outrora, com trabalho e intercâmbio solidário de conhecimentos, prática e materiais constrói-se o futuro desse povo.

Em 1976 Lages, que englobava Otacílio Costa e Correia Pinto tinha 26 hectares plantados com 18 mil a 240 macieiras nada produzindo. Hoje, na mesma área, há 585 he. plantados com mais de 400 mil pés. A região serrana "amores" que compreende 14 municípios possui 4.690 hectares plantados por 759 produtores rurais já produzindo 34.276 toneladas de maçãs. Para a safra de 84 e 85 mais de 1 milhão de mudas foram comercializadas. Com isto o Planalto e o meio-oeste somarão 11.800 ha. cultivados com maçã. 60% da produção de maçã nacional catarinense. Com terra e clima a gente do Planalto, solidária e democraticamente trabalha para reconquistar, política e economicamente o espaço perdido. Quem viver verá.

COSME POLENZI — economista, Presidente do PMDB de Lages e Secretário Municipal do Planejamento de Lages, 76/82.

Oeste condena barragens

O encontro do movimento trabalhista do PMDB, realizado em Maravilha, em 21 de julho passado, visou articular o movimento no Oeste catarinense e levantou algumas propostas práticas de mobilização popular de alta importância para o povo daquela região. Pela primeira vez bases do Partido discutiram, com ardor, a questão do grave problema que ameaça destruir ecologicamente o Oeste catarinense. Sabe-se que existe um projeto com influências internacionais de construção de 22 barragens na bacia do rio Uruguai. Essas barragens, presume-se que sejam parte de um gigantesco projeto de industrialização do sudoeste do Paraná, Oeste catarinense e Norte do Rio Grande do Sul.

Sabendo-se que no Brasil sobrarão energia hidrelétrica em grande quantidade nos próximos anos surge a pergunta: **Por que o governo nacional mantém um projeto tão gigantesco de produção de energia hidrelétrica no Oeste catarinense, escondendo da população os motivos que levam a tais construções?** As comissões parlamentares que têm discutido o assunto normalmente não têm contestado o motivo da construção das barragens. Apenas tem pensado na forma de retirada e no pagamento dos agricultores que terão as suas terras inundadas. O exemplo maior disto está no município de Itá, onde a cidade em breve será inundada e o governo municipal luta arduamente para descolar verbas visando à construção de uma nova cidade.

O Deputado Estadual Hugo Biehl (PDS — SC) como membro da comissão tem procurado discutir apenas os modos de pagamento e assentamento dos colonos em terras novas. Qualquer debate sobre a necessidade destas barragens tem sido proscrito. A Igreja Católica, através do bispo de Chapecó tem levantado essa questão, o que criou reações até violentas de parte do PDS e de órgãos governamentais contra a linha da Igreja estabelecida na diocese.

Contudo, na cidade de Itapiranga houve uma manifestação de 2.000 agricultores que estão na iminência de perder suas terras. Em Itá mais de 1.000 agricultores reuniram-se recentemente discutindo a questão. Na reunião do PMDB de Maravilha as bases do Partido levantaram com contundência o problema das barragens. Inclusive discutiu-se a possibilidade de haver uma invasão de multinacionais na área, a fim de aproveitar a energia hidrelétrica a ser produzida no futuro.

Os sub-diretórios presentes manifestaram a sua inconformidade como fato de o PMDB, como um todo, não ter apresentado uma proposta de luta contra esse projeto. Comentou-se, na ocasião, que caso houvesse eleições diretas o candidato do PMDB precisaria comprometer-se com a região, buscando evitar a construção dessas barragens, uma vez que elas não representam o interesse da população local, e nem há justificações econômicas para tais procedimentos.

Cartas da Maioria

**Por favor,
vá ao Colégio!**

"Senador Jaison: tenho, diante de mim, a edição nº 8 do jornal "Lutas da Maioria". Verifico que V. Exª não quer ir ao Colégio Eleitoral, em defesa de "princípios", etc., etc., etc.

Quer as "DIRETAS JÁ"!!!

Mas V. Exª ainda não se convenceu de que essa batalha das DIRETAS JÁ está irremediavelmente perdida? Ainda não se convenceu de que, não indo ao Colégio, pode significar mais seis anos de governo como esse que há 20 anos está no Poder? Será que V. Exª vai colaborar para que daqui a seis anos tenhamos que esperar como hoje estamos esperando?

Ao diabo com os "princípios". O que o povo quer é mudar.

Que o Colégio Eleitoral é um engodo, todo mundo está cansado de saber. Todo mundo está cansado de saber, também, que a Oposição no Brasil representa mais de 70% em tudo. Então V. Exª quer mandar tudo isso para o "beleléu"? Por causa de "princípios"? Que princípios são esses? Por acaso os que estão no governo têm princípios? Princípios que V. Exª tem que defender são os anseios do povo. A grande maioria do povo nem sabe o que é o Colégio Eleitoral. O que eles querem mesmo é acabar com esse governo. Ir ao Colégio é o antídoto eficiente para acabar com ele, para que nunca mais se reúna neste País, como disse o Governador de Minas.

Pelo amor de Deus, Senador Jaison, vá ao Colégio Eleitoral, leve junto tantos quantos puder, votem no Tancredo e acabem de uma vez com essa agonia. Tenho certeza de que é isso que o povo quer. Todos estão nessa louca ânsia de assistir o fim da festa desses que o há 20 e poucos anos estão se banquetando às nossas custas.

Sempre fui um admirador do seu comportamento político. Mas essa o Sr. vai-me desculpar.

O Sr. não acha que com o Tancredo na Presidência fica mais fácil chegar-se às "diretas"?

Vá ao Colégio, Senador, mesmo que seja sorrateiramente, e tenho certeza de que o povo o recompensará.

Para ser um grande cidadão é preciso também um pouco de "renúncia", o que não nos torna "mau caráter".

Tenho certeza que V. Exª não vai sufocar aquele "grito" que está entalado na garganta de mais de 70% dos brasileiros.

(AUTOR JOÃO RIGHI — Caixa Postal, 515 — 89.600 — Joaçaba — SC 13.939).

**Não vou, e provo
que estamos certos!**

Meu caro Aujor Righi,

Sua carta deu-me duas alegrias. Em primeiro lugar, por sua franqueza e por sua indignação contra o Colégio Eleitoral. Antes de tudo, devo dizer-lhe que compartilho de sua agonia e estou atento a todas as manifestações que venham das bases do Partido. Quase todos os dias recebemos cartas como a sua, favoráveis ao colégio, mas igual número de pessoas escrevem para solidarizar-se com nossa posição no "grupo Só Diretas". Tenho verificado — e sua carta o confirma — que a vontade de destruir o colégio "de qualquer maneira" não implica em comparecer a esse colégio, com candidato próprio.

Essa idéia é "vendida" pela grande imprensa e orquestrada por setores equivocados do Partido. Na verdade, para lhe devolver a franqueza com que me escreve, devo dizer que a posição dos que afirmam "que só irão ao colégio após esgotar todas as possibilidades do Diretas-Já" não estão desenvolvendo qualquer ação para esgotar essa possibilidade. Eles julgaram que o prazo de desincompatibilização do Tancredo era o prazo fatal da luta contra o colégio. Para nós, porém, neste momento é que a luta verdadeira está começando.

MATRÍCULAS FECHADAS

Para que o PMDB vá ao colégio será necessário regulamentá-lo. O regime quer regulamentá-lo com urgência, através da manipulação da Mesa do Senado, da qual participa como 2º Vice-Presidente, onde conta com a maioria. A presença do PMDB na Mesa é que impede ao regime dar uma sobrevida à sua legislação autoritária.

Vencida na Mesa do Senado, a matéria foi encaminhada à Justiça Eleitoral, que se considerou incompetente, porque "a regulamentação de dispositivo constitucional só pode ser feita através de Lei Complementar", ou seja, por procedimento igual ao da votação de Emenda Constitucional. Portanto, SE O PMDB NÃO COMPARECER AO COLÉGIO ELEITORAL, O COLÉGIO ELEITORAL NÃO SERÁ REGULAMENTADO. NÃO SENDO REGULAMENTADO, A FIGURA ESPÚRIA DO COLÉGIO DESAPARECERÁ DE NOSSA LEGISLAÇÃO AUTORITÁRIA PARA SEMPRE, AO MESMO TEMPO EM QUE COLOCARÁ ANU A FALÊNCIA FINAL DA DITADURA, QUE É A SUA FALÊNCIA JURÍDICA. CADEIRA VAZIA

A posição do Só-Diretas, a partir desse acontecimento, comporta muitas conseqüências. Talvez não consigamos esgotá-las todas numa carta como esta. Mas é fácil verificar que se nada acontecer até 15 de março de 1985, quando termina o Governo Figueiredo, dar-se-á a existência de VACÂNCIA DO PODER. As leis de sucessão mandam que, em tal caso, a chefia do Governo seja transmitida ao Presidente da Câmara dos Deputados, a ser eleito em 1º e 2 de fevereiro de 1985, antes do fim do mandato presidencial. A lei de sucessão manda também que quando a vacância ocorre antes de terminado tempo de gestão do novo governo, o poder existente deverá convocar novas eleições.

O governo autoritário, caso ainda tenha alguma credibilidade, deverá adotar uma dessas duas medidas: 1) tentar um golpe de Estado; 2) enviar Emenda Constitucional a favor das eleições DIRETAS, antes do fim do mandato do atual Presidente. O fracasso das medidas de emergência e a grande capacidade mobilizatória de nosso povo já mostrou a ineficácia da primeira hipótese. Restará, portanto, ao Presidente, cumprir sua promessa de "transformar este País numa democracia", resgatando a memória de seu pai e entrando na história de forma triunfal.

OLHE A COMPANHIA

Não falemos de "princípios" morais, como deseja o companheiro, que, em política, é as vezes intransigente. Faça-lhe, pois, algumas perguntas de cunho prático: Será que vale a pena ir ao Colégio acompanhado de Geisel, Cel. Camargo Toledo, Sarney, Marco Maciel, Aureliano, Beltrão e todos os banqueiros e grandes empresários que hoje querem posar de democratas, mas que serviram ao arbítrio por ação ou omissão durante esses duros 20

A questão colocada na última edição do **Lutas da Maioria** continua recebidas. A ida ou não ao Colégio divide opiniões e, com facilidade, observamos que os que defendem a ida ao Colégio estão cobrando com o próprio veneno".

A coisa não é tão simples e fácil como parece. Veja conosco uma destas cartas e a resposta do grupo **SÓ DIRETAS**, representado aqui pelo Senador JAISON BARRETO. De quebra, segue o apoio à causa das diretas, causa da Maioria, colocado pela Câmara Municipal de Camboriú.

anos em que pessoas foram banidas e torturadas, empresas falidas, a fome, o desemprego e o suicídio rondando os lares?

Será que o companheiro não vê que qualquer que seja o resultado da ida ao Colégio, ganhe Maluf ou Tancredo, o PMDB e o restante das oposições terá avalizado e legitimado as eleições indiretas como conquista permanente da legislação da ditadura? Acha justo o companheiro que a gestão das empresas nacionais, como a Petrobrás ou a Vale do Rio Doce continue sendo dirigida ou influenciada por Delfim Netto, ou Ernesto Geisel?

DISCUTIR É FUNDAMENTAL

Eu disse, no início desta resposta, que sua carta deu-me duas alegrias. A segunda é o fato de você ter-se referido ao conhecimento de minha posição através do nº 8 do jornal "Lutas da MAIORIA". Sua carta confirma o acerto de nossa prática. Naquele número do "Lutas", pág. 5, no texto vazado em fundo escuro lê-se:

"O leitor é que deve refletir sobre as posições explicitadas e procurar discuti-las em sua comunidade, seus sindicatos, clubes de serviço, diretórios partidários etc." E que "as conclusões tiradas podem ser encaminhadas ao gabinete do Senador Jaison Barreto, em Brasília".

Espero que após meditar sobre o conteúdo da presente resposta o distinto correligionário fique à vontade para voltar a escrever-nos. Caso não o faça, quero pedir-lhe que a confiança que o levou a desabafar conosco essa angústia seja também expressa na certeza de que jamais trairemos a vontade majoritária da população que aqui representamos.

(a) SINCERAMENTE GRATO, Senador JAISON BARRETO.

**Isso mesmo,
não vá ao Colégio!**

O Vereador Wilson Pires Achutti, Presidente da Câmara Municipal de Camboriú escreveu a Jaison comunicando que "por decisão unânime das Bancadas do PDS e do PMDB" aquela Casa deliberou sobre a seguinte Moção: "Apresentamos à Mesa, ouvido o Plenário e dispensadas as formalidades regimentais, MOÇÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE ao posicionamento favorável ao restabelecimento de Eleições Diretas Já, em todos os níveis, como caminho único à superação da grande crise nacional, tomado pelo Exmº Sr. Senador da República JAISON TUPY BARRETO."

Assinatura **grátis**

Lutas da Maioria, um jornal "ao seu inteiro dispor", pode chegar em sua casa pelo correio, tudo de graça.

Mande seu nome e endereço.

Nome _____

Endereço _____

Cidade _____

CEP _____

Remeta para **Lutas da Maioria**

Caixa Postal 1295
88.000 FLORIANÓPOLIS — SC.

Aliados de Tancredo impedem candidato de mudar economia

José Carlos Vidal

O endividamento externo deixou há muito de servir à economia brasileira. Ao contrário, é toda a economia do país que se encontra a serviço do gigantesco débito que nos impuseram os governos militares.

Um economista resumiu o fenômeno nesta fórmula pitoresca e pertinente: **"O rabo está abanando o cachorro"**. A tanto chegamos.

O governo costuma atribuir à crise internacional a responsabilidade por essa situação. Puro alibi. A atual crise do sistema capitalista teve início no alvorecer dos anos setenta, lá se vão uma década e meia. Tempo mais que suficiente para as mais complicadas correções de política econômica, como fizeram outras nações duramente afetadas pela recessão das principais economias capitalistas e pelos sucessivos choques do petróleo.

Algumas medidas foram adotadas, sem dúvida, a partir do período Geisel, como o incentivo à substituição de importações no setor da produção de máquinas e os programas de economia na área energética. Tardiamente, porém, e de forma inadequada à gravidade da crise das nossas contas externas.

De resto, prosseguiram os governos militares na busca de empréstimos ciclóticos e caros, para projetos de retorno mais que discutível, como se nossa capacidade de pagamento fosse inesgotável.

O resultado é que, chegado ao quarto ano sucessivo da recessão, o País ainda aguarda o fim dos paliativos; vale dizer, **o advento de um governo capaz de romper com o modelo dependente e concentrador moldado pelo regime de 64, à revelia da nação**. Ocorre que uma tal mudança exige autonomia de decisão, antes de mais nada, pois implica em atingir interesses sedimentados de poderosos grupos internacionais, acolitados precisamente pelos setores hegemônicos da nossa burguesia.

ALIADOS OU CADEADOS?

A renegociação da dívida em bases distintas do receituário do FMI, no seio de uma política econômica voltada para servir ao país e sobretudo às suas grandes massas de deserdados, será inviável se o governo não dispuser de amplo respaldo popular, se não dispuser, numa palavra, de CONFIABILIDADE.

Tancredo Neves na presidência terá a determinação e o poder material necessário para realizar essa ingente tarefa, sopondo que o desejo?

Esta não é uma suspeita gratuita. **Os pilares estratégicos da candidatura Tancredo, posta como está, são hoje o Aureliano dos bancos, o Geisel da Petroquímica, o Sarney da Sharp, o Francelino da Acesita, e toda uma legião de potentados das altas finanças e oligopólios dos mais diversos setores dessa economia "amarrada" aos interesses estrangeiros.** Estes homens e suas ligações financeiras estão subordinados a centros de decisão situados nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, sem contar no Canadá, Inglaterra e outros centros de exploração espalhados pelo mundo afora.

O industrial Paulo Vellinho, da **Springer**, oferece-nos um importante subsídio quando se declara adepto da candidatura Tancredo Neves, por entender que "somente o ex-governador de Minas poderá obter a compreensão do povo para os momentos de redobrado sacrifício que a crise da economia brasileira vai exigir nos próximos anos".

É mais que evidente que esses setores da burguesia, antecipando uma perspectiva de sacrifícios para o povo brasileiro, não têm qualquer propósito de adotar um modelo econômico, substancialmente, diferente do que aí está. Quem viver verá.

Conquistas esbarraram no arbítrio

Greve dos professores universitários conseguiu mobilizar o que até então parecia inerte e condenado à "morte lenta"

Oswaldo Maciel, ex-Presidente da ANDES

Por decisão majoritária das Assembléias Gerais dos docentes suspendeu-se a mais longa greve nacional já vivida pelas Instituições de Ensino Superior Federais Autárquicas. Foram quase 90 dias de luta para 35.000 professores e 65.000 servidores, reivindicando salários justos e verbas para o funcionamento das Universidades. Para os alunos, um período de perplexidade, com a insensibilidade social do Governo, diante da possibilidade concreta da inviabilização de um semestre letivo, da redução de vagas no vestibular e de outros prejuízos acadêmicos.

A greve obteve a maior adesão já verificada num movimento deste tipo, alcançando a totalidade das 27 Autarquias de Ensino Superior e, nelas, o apoio de setores tradicionalmente contrários às greves anteriores. Obteve também amplo apoio social e político, através de entidades, parlamentares no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras municipais. A greve obteve grande repercussão na opinião pública e nos meios de Comunicação social que puderam documentar o estado de penúria e abandono a que o Governo relegou a Universidade pública e gratuita.

No Rio, na Bahia, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e outros Estados as máquinas fotográficas e as Câmeras de TV mostraram ao povo o estado precário de salas de aula, laboratórios, bibliotecas e hospitais de Instituições sem recursos para conservar o patrimônio existente. Os reporteres e a opinião pública puderam sentir o inconformismo e a disposição de luta da Comunidade Universitária diante do

absurdo representado pela crônica falta de recursos para a Educação e a generosidade com que o Governo trata as financeiras falidas e a impunidade dos ladrões dos cofres públicos.

Até mesmo os Reitores, costumeiramente avessos ao exercício do dever político de lutar publicamente pelas verbas necessárias se posicionaram em defesa da Universidade e das reivindicações da Comunidade Universitária.

A Universidade conseguiu em um tempo prioritariamente voltado para as questões do "Imbroglío" da sucessão presidencial, se colocar na ordem do dia dos assuntos de interesse nacional.

Como explicar então que o movimento não tenha conseguido obter conquistas materiais concretas e tenha de lutar muito ainda para consolidar o espaço político conquistado?

É de se notar que não só a Universidade mas antes a Sociedade Brasileira, está esbarrando na intransigência de um autoritarismo agônico lutando pela própria sobrevivência. Para a minoria que hoje desgoverna a Nação não importam os métodos a empregar e nem o preço político a pagar na tentativa desesperada de deter a marcha de uma população que nas praças e nas ruas repudia o Regime Autoritário, e exige eleições livres e diretas.

Sem apoio popular, sem credibilidade, resta ao regime a truculência, a intimidação e o arbítrio das leis de exceção. A ocupação militar de Brasília no dia da votação da Emenda Dante de Oliveira é o exemplo vivo desta disposição autoritária.

Coelho Neto denuncia Frente Liberal

O deputado estadual João Norberto Coelho Neto (PMDB — SC), denunciou que a chamada "Frente Liberal", hoje aliada à setores do PMDB na busca indireta da Presidência da República, não é digna de crédito, e que seus propósitos podem simplesmente ser uma jogada para desmoralizar o PMDB junto à opinião pública e sepultar com o partido as esperanças de verdadeiras mudanças que alimentam o povo brasileiro.

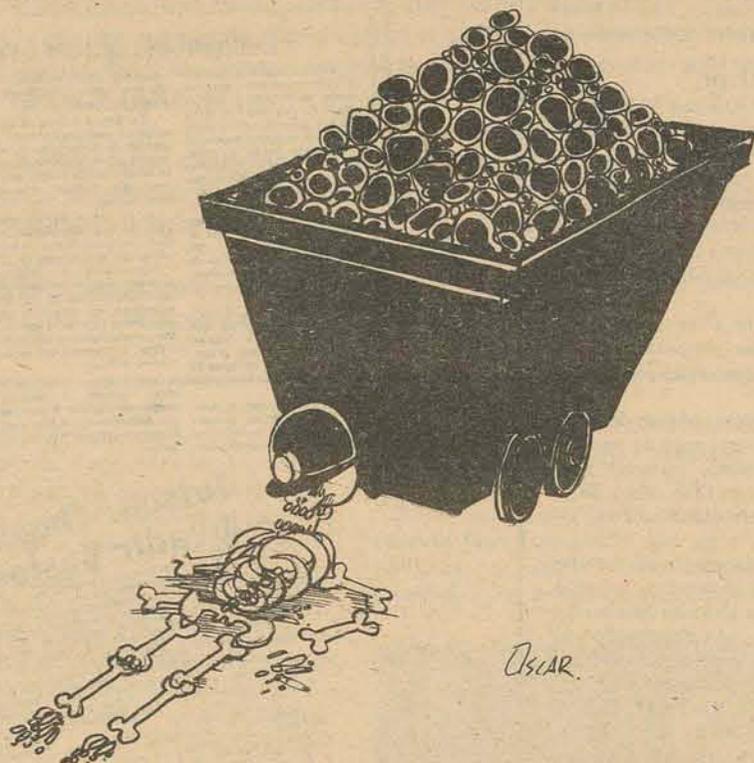
Coelho Neto condenou as alianças desenvolvidas pela cúpula partidária afirmando que **"não posso colocar-me ao lado dos opositores que se esquecem de que há outras formas de se alcançar os objetivos para a recondução à democracia desse sofrido Brasil"**, e mostrou como a manobra do Colégio é falsa, pois "se a Frente dá ganho de causa ao Candidato Tancredo pela via indireta, também terá possibilidade de mudar a constituição e de aprovar emendas imediatamente para as eleições diretas, exigidas

pelo povo", e deixa no ar a interrogação: **"Por que não fazem isso?"**

Ele justificou sua posição de não compactuar com o Colégio Eleitoral: "jamais poderia trair os eleitores que depositaram sua confiança em mim, na busca de defesa de seus direitos, jamais poderia compactuar com conluíes e conchavos solertes, recebendo como prêmios cargos ou benesses governamentais, pois a honra não tem preço e as ideologias não são mercadorias negociáveis em feiras".

E, para completar sua declaração de repúdio ao Colégio e às negociações levadas adiante pela cúpula partidária, disse que não consegue entender a aceitação pelas oposições de um vice-presidente como José Sarney, "figura ímpar do coronelismo no Maranhão, e que nunca explicou publicamente as mortes em tocaia de trabalhadores que lutaram contra o escravagismo reinante em seus latifúndios nordestinos".

CARVÃO PODE LEVAR CRICIÚMA A FICAR SEM ÁGUA POTÁVEL



Nas periferias de criciúma quase não existem mais as montanhas de rejeitos em combustão produzindo gases letais. O ar que se respira nas áreas de maior concentração populacional já não traz o odor do enxofre. Muitas áreas, até então estéreis ou inaproveitáveis, recebem revestimento de terra e voltam a ser úteis à comunidade. O transporte de carvão e rejeitos por pressão da população e fiscalização da Prefeitura já é criterioso, restando apenas algumas poucas áreas, onde continua a ser danoso às pessoas.

Enquanto a Câmara de Vereadores do Município discute há 10 meses projeto do Executivo Municipal criando uma legislação ambiental compatível às necessidades de Criciúma, repassando ao poder público municipal maiores poderes para agir em defesa do meio ambiente, espera-se também medidas concretas de parte da Fatma e da Sema, órgãos do Governo do Estado e do Governo Federal que juntos ficam 80 por cento dos tributos arrecadados sobre a nossa produção mineral, num exemplo gritante da concentração da arrecadação pública nas esferas mais distantes do poder. Quem convive com as mazelas da população mais recebe suas pressões e tem melhores condições de extirpá-las, participa com apenas 20 por cento do arrecadado. Agrava-se a situação no município com a falta de pagamento deste imposto único sobre minerais por parte de empresas carboníferas.

No entanto, mais sério do que isto é o compromisso dos mananciais de água da região pela exploração do carvão. O abastecimento de água de Criciúma e municípios da região poderá entrar em colapso em poucos anos se não for apressada a implantação de um projeto para a captação de água fora da bacia carbonífera, na serra geral.

tentas às implicações ambientais e a qualidade de vida da gente que aqui vive; pois só ela tem pago com o desconforto de saúde das riquezas partilhadas com todo o país.

O preço do progresso deve ser reduzido apenas ao trabalho e a perseverança da nossa gente, não pode custar saúdes, ou vidas. E esta consciência já é quase generalizada: população, trabalhadores e poder público municipal têm demonstrado consciência e esforço neste sentido.

Sem dúvida alguma, o carvão tem sido a energia geradora do crescimento e prosperidade de criciúma. E agora, mais do que nunca, as esferas de poder estadual e federal, devem estar conscientes da importância da produção de carvão energético e siderúrgico, extraídos do nosso subsolo. Devem também estar a-

Minas catarinenses estão marginalizadas pelas corrupções do governo federal

O deputado federal Walmor de Luca defende para a política carbonífera mudanças urgentes. Acredita o deputado que as decisões oficiais estão profundamente envolvidas com interesses multinacionais, e que a muitos servem, exceto aos brasileiros.

Em Santa Catarina as conseqüências diretas de uma nova política para o setor do carvão provocariam uma substancial mudança na economia regional, que seria amplamente fortalecida. O caminho para tais objetivos, passa, na ótica de Walmor de Luca, por uma nova postura política, e esta somente será conquistada através de eleições diretas para a Presidência da República. Vamos ao depoimento de Walmor.

"A recessão a tudo arrasta no seu rastro de miséria e desespero; o desemprego insulta nossa dignidade; a corrupção a tudo desagrega; nossa soberania é aniquilada pelo crescente sucateamento de nosso parque industrial. Tudo isso são alguns sintomas da crise mais séria e dramática de nossa história, fruto do perverso modelo econômico voltado para fora, priorizando as exportações e sacrificando o mercado interno, isto é, nosso sofrido povo.

CARVÃO CATARINENSE

Tempos atrás o Governo atribuía nossa crise apenas à problemática do petróleo. O tempo mostrou que pior que a crise do petróleo são os juros extorsivos cobrados através da "prime-

rate" ou "libor". Porém, mesmo com o petróleo custando mais, algumas alternativas energéticas poderiam ser viabilizadas e ativadas. Na Europa a indústria carbonífera livrou-se a partir de 1973 da crise que a envolvia e a insolvência transformou-se em invejável rentabilidade. No Brasil, a ausência de uma política séria e conseqüente para o nosso carvão não nos permitiu que, com criatividade, seriedade e competência aproveitássemos os ventos favoráveis da última década.

Voltando atrás no tempo lembraria a apreensão de todos os catarinenses em 1965, quando o então Ministro do Planejamento Roberto Campos, sob a justificativa de que os preços internacionais eram mais competitivos, propunha o fechamento das minas de carvão brasileiras. Se isto tivesse ocorrido, teríamos destruído toda a nossa indústria carbonífera. Felizmente os catarinenses e gaúchos não aceitaram a proposta indecorosa, verdadeiro crime de lesa-pátria.

FALSA ALTERNATIVA

Em 1974, com a crise do petróleo, se não fora a produção do carvão catarinense, essencialmente da fração coqueificável, as usinas siderúrgicas brasileiras teriam parado por falta de matéria-prima. Ainda no Governo Geisel veríamos os sonhos faraônicos do Brasil-Potência consumirem e devastarem as divisas indispensáveis para o desenvolvimento de nossa indústria carbonífera. Ao invés do carvão mineral eleger-se o átomo como

alternativa. O falido programa nuclear brasileiro suga os petro-dólares tomados emprestados. Muito pouco, quase nada, é destinado ao carvão, não obstante termos aumentado substancialmente nossas reservas carboníferas.

A gaseificação do carvão, a criação de uma infra-estrutura de transporte, a ampliação da produção, o aproveitamento de nossas usinas termoeletricas, o Instituto Tecnológico do Carvão foram deixados de lado, enquanto se desperdiçavam os preciosos dólares nos sonhos faraônicos do ditador Geisel.

IMPORTAÇÃO DESNECESSÁRIA

No alvorecer do Governo Figueiredo, anunciava-se o novo plano nacional para o carvão mineral. Projetou-se a abertura de 43 novas unidades de mineração em 5 anos para atender as audaciosas metas de produção que objetivavam substituir o equivalente a 500 mil barris por carvão mineral. São decorridos 5 anos. Das 43 novas minas apenas 10 encontram-se produzindo. Os financiamentos anunciados desapareceram nas restrições do FMI, endossadas pelo Senhor Delfim Netto.

Em que pese a produção nacional atingir menos de 30% da previsão do plano, os pátios das companhias mineradoras e os depósitos dos terminais portuários encontram-se congestionados pelo carvão extraído e não consumido, por falta de mercado. Mas, do excedente nacional, determina-se a importação do carvão colombia-

no, deixando estocado nosso produto e gastando-se escassas divisas com o energético colombiano, quando nossa dívida externa ultrapassa os 100 bilhões de dólares.

Quem está por detrás do carvão colombiano? Quais os capitais que estão por detrás deste interesse? Até onde a EXXON foi chamada à Colômbia para participar da exploração do seu carvão?

Produzimos para vender no mercado interno o que continua faltando na casa e na mesa do brasileiro.

MUDANÇAS JÁ

O sucesso de qualquer plano de desenvolvimento da indústria carbonífera nacional passa necessariamente pela mudança do modelo que aflige o povo brasileiro. Sua transformação somente se viabilizará com a moratória, fórmula indispensável para acumularmos o necessário capital para o reaquecimento de nossa economia.

Então, as eleições diretas constituem caminho indispensável para que sejam efetivadas as mudanças que se impõem em todos os cantos, inclusive para revertermos a preocupante situação do carvão mineral brasileiro. Se assim não for feito, nosso carvão não atingirá suas grandes potencialidades, nossos mineiros continuarão morrendo por falta de segurança nas minas, nossos rios, nossos lagos, nosso ar e nossas terras continuarão poluído, ameaçando nossa gente. Sim. Os novos caminhos para o carvão nacional passam pelas Mudanças Já, com Eleições Diretas, já."